

- Resgatar o trabalho produzido pelo GT Saúde e Seguridade Social, quando da constituição da NR 19 - última versão);
- Convocar o GT SAUDE para dar seqüência a discussão sobre Seguridade Social, Saúde do Trabalhador e Assistência Social na base da Federação;
- Apoiar e promover a **luta imediata a favor da PEC 441 (paralela da paralela) com todos os SPF's**;
- Defender a ampliação da rede de proteção social prevista na CF, com a universalização do acesso e a qualificação da Seguridade Social;
- Convocar reunião do Coletivo Jurídico da FASUBRA;
- Continuar a luta pela revogação de toda a legislação aprovada nos governos Lula e FHC, que reduziram direitos dos (as) trabalhadores (as) ativos e aposentados e dificultou o acesso a aposentadoria;
- Lutar pela revogação do fator previdenciário;
- Lutar por uma política de fiscalização, o controle rígido por usuários e beneficiários da previdência de suas contas, o combate à sonegação, às isenções fiscais fraudulentas e a punição de corruptos e corruptores que utilizam o dinheiro público em benefício próprio ou dos banqueiros, com o restabelecimento de um Conselho Nacional de Seguridade Social, com poderes de gestão deliberativa.

ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

Coordenação de Mesa: Adamoli e José Francisco (Chiquinho)

Palestrantes:

- Dr. Sérgio A. M. Carneiro – Ministério do Planejamento/Coordenador Geral de Seguridade Social e Benefícios do Servidor
- Vânia Glória Alves de Oliveira – UFRJ
- Darí Beck – Instituto Saúde do Trabalhador/CUT

A FASUBRA SINDICAL DEVERÁ:

- Pautar nos fóruns adequados, a discussão acerca da aplicação do tempo de Licença Prêmio simples somado ao resíduo do enquadramento;
- Lutar pela revogação a **EC 41/2003**, que discrimina e quebra a paridade de tratamento com relação aos Trabalhadores aposentados por invalidez, compulsória, proporcional e pensões, a partir de 19-02-04;
- Articular junto ao poder executivo e parlamentares para regulamentação da aposentadoria especial, em áreas de risco, em regime de urgência, urgentíssima;
- Propor junto ao poder executivo e parlamentares a revisão da contribuição previdenciária dos aposentados;
- Apoiar e promover a luta, envolvendo outros setores do movimento sindical e social, na luta a favor da PEC 441;
- Fazer levantamento de todos os problemas existentes nas IFES no que tange ao enquadramento dos servidores aposentados e pensionistas, para que se possa pensar alternativas, com o apoio da área jurídica, no tocante as prerrogativas de alteração da Lei n. 11.091 e a EC 41;
- Realizar estudos acerca do enquadramento dos aposentados e pensionistas, utilizando como referência os artigos 184 e 192, de modo que o trabalhador (a) seja posicionado no Nível de Capacitação acima do está;
- Recuperar o Relatório do Coletivo Jurídico, para dar encaminhamento as resoluções ali contidas, no tocante aos artigos 184 e 192 das leis 1711/52 - Estatuto do Servidor Público e 8112 (RJU).
- Trabalhar junto às áreas competentes para que os artigos 192 da Lei nº 8.112-90 e 184 da Lei nº 1711-52 deve acompanhar os percentuais do nível de capacitação, mais os reajustes lineares;
- Articular com as centrais sindicais e os SPFs a regulamentação do parágrafo 4º. do art. 40 que dispõe sobre concessão de aposentadorias dos servidores públicos federais nos

casos de atividades exercidas exclusivamente em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física;

- Construir uma ação política para rever o enquadramento dos aposentados, observando a situação dos aposentados, relativos ao enquadramento no PCCTAE.
- Com a participação das entidades de base, CIS e Comissões de Enquadramento do PCCTAE, deverão construir um levantamento tocante ao enquadramento dos servidores aposentados e pensionistas;
- Articular junto ao poder executivo e parlamentares para regulamentação da aposentadoria especial, em área de risco, em regime de urgência;
- Propor junto ao poder executivo e parlamentares a revisão da contribuição previdenciária dos aposentados;
- Negociar junto ao MEC ou a quem de direito, para que a Universidade Federal de Viçosa (e outras, que estiverem com o mesmo problema), para que não seja cobrado dos aposentados por invalidez e compulsoriamente, de 2004 para cá, os cálculos que foram feitos a maior em seus salários;
- Solicitar a Assessoria Jurídica, estudos que modifique a lei 11.091-05 no tocante ao reenquadramento do Tempo Ficto e Licença-Prêmio;
- Convocar o Encontro Jurídico para atender as demandas atuais da nossa categoria.

SAÚDE DO TRABALHADOR

Coordenação de Mesa: Walter e José Francisco (Chiquinho)

Palestrantes:

- Dr. Sérgio A. M. Carneiro – Ministério do Planejamento/Coordenador Geral de Seguridade Social e Benefícios do Servidor
- Vânia Glória Alves de Oliveira – UFRJ
- Darí Beck – Instituto Saúde do Trabalhador/CUT

É qualidade de vida. Quem vive? Quem tem?

É se cuidar, respeitar o outro,

É dizer abaixo o risco, a imprudência, a negligência, a imperícia,

É desenvolvimento, equilíbrio bio-psico-social...

É reconhecer e respeitar direitos,

É ser verdadeiro, responsável e reconhecido,

É estar de bem com a vida, com a sociedade,

É tirar do papel e colocar em prática ...

É direito e responsabilidade de todos,

É ter um lar para voltar, pessoas para abraçar,

É se alimentar, dormir bem,

É ter consciência e segurança,

É subjetividade, mas, principalmente, realidade!

A FASUBRA SINDICAL DEVERÁ:

- ✓ Encaminhar as **deliberações do Seminário de Saúde do Trabalhador;**
- ✓ "Implantar, nas IFES, Sistema de Saúde do Trabalhador em todas as suas especialidades – SESMT;
- ✓ Saúde Ocupacional – Junta Médica – com médico perito do trabalho - que deverá atender e acompanhar os servidores nos quesitos referentes a problemas relacionados à ergometria, por exemplo, e outros mais;
- ✓ Sindicatos devem estar inseridos nas Comissões Estaduais de Saúde – CEREST, através dos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde;
- ✓ Construir, através da interdisciplinaridade, projetos voltados à qualidade de vida dos servidores, buscando política preventiva e curativa;

- ✓ *Formação de comissões locais de saúde do trabalhador, dentro das IFES, diferenciadas por setor, com assessoria dos sindicatos;*
- ✓ *Implantar, nas IFES, programas efetivos de combate e /ou atendimento a dependentes químicos;*
- ✓ *Buscar programas e políticas de preparação para aposentadoria e incentivar aposentados a inserir-se em projetos de desenvolvimento e capacitação dentro das IFES;*
- ✓ *Implantar/reactivar, nos diversos setores das IFES, as COLSATs, buscando os sindicatos para este encaminhamento, conforme portarias e resoluções dos conselhos de saúde;*
- ✓ *Implantar o turno de 30h sem banco de horas – FASUBRA deverá encampar esta campanha;*
- ✓ *FASUBRA deverá realizar periodicamente seminários sobre saúde do trabalhador: a) Pelo menos 1(um) anual, em nível nacional; b) Mais freqüência para as entidades de base, na realização de seminários de saúde do trabalhador;*
- ✓ *Promover cursos de treinamento e/ou capacitação/reciclagem para funcionários que trabalham diretamente com paciente e também sobre ética profissional; 12) Desenvolver projetos de re-inserção de trabalhadores com problemas de saúde;*
- ✓ *A FASUBRA deve construir através do GT-Saúde, uma proposta de banco de dados quanto a saúde do trabalhador que, depois de aprovada pela Federação seja encaminhada às entidades de base para que providenciem as informações. Tal proposta se justifica pois subsidiará a elaboração de política da entidade nesta área;*
- ✓ *A FASUBRA deve colocar em pauta para discussão no MEC a uniformização da política de saúde do trabalhador e perícias nas IFES, tal elaboração independente do SISOSP, pois no momento, só contempla as do Rio de Janeiro, Brasília, Pernambuco e Santa Catarina”;*
- ✓ *Cobrar dos Gestores o estímulo a implantação de “Programas de qualidade de vida no trabalho” do âmbito das IFES, com financiamento e através da capacitação dos Técnico-Administrativos que atuarão nos programas;*
- ✓ *Atuar no sentido de que o SISOSP utilize as informações oriundas do Programa de Dimensionamento da Lei 11.091, para detectar os problemas de saúde ocupacional e atuar na prevenção e solução dos mesmos, com políticas de melhoria das condições e relações de trabalho;*
- ✓ *Orientar a constituição nas IFES, de Comissões que mapeiem os locais de trabalho onde as condições de trabalho são insalubres e perigosas, através de uma ação política das entidades de base;*
- ✓ *Lutar pela inclusão de pais e mães como dependentes do Auxílio Saúde Suplementar – Portaria 1983 /2006.*

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Coordenação de Mesa: Fatinha e Rolando

Palestrantes:

- Dr. Guilherme Zagalo – Indicado pela Assessoria Jurídica da FASUBRA
- Dr. José Pinto da Mota Filho – Assessor Parlamentar
- Flávio Tonelli – Assessor Parlamentar PCdoB

A FASUBRA SINDICAL DEVERÁ:

- Manter a sua posição contrária ao Projeto de Lei da Previdência Complementar.
- Elaborar um texto acerca das implicações que representa a Previdência Complementar, a título de esclarecimento para o conjunto da categoria.

OF. 330/07-SEC.

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2007.

Exmo. Sr.

FERNANDO HADDAD

MD. Ministro de Estado da Educação

Senhor Ministro,

Ao final deste ano, constatamos, lamentavelmente, que até a presente data não houve nenhum movimento por parte desse Ministério, no sentido de retomada dos trabalhos da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, bem como da instalação do GT Terceirização, já nomeado através da Portaria nº 1.854 de novembro de 2006 (anexo).

Preocupa-nos o comprometimento que significa esta falta de retomada dos trabalhos, há mais de um ano interrompidos, às prerrogativas da Lei 11.091, e seus desdobramentos na implantação da Carreira.

Assim, solicitamos que seja agendada reunião da CNSC e instalação do GT Terceirização, evitando que este tema seja objeto de pauta de reivindicações.

Aguardando manifestação de Vossa Senhoria, subscrevemo-nos

Atenciosamente

LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA
Coordenação Geral

C/C Ronaldo Motta
Secretário de Ensino Superior MEC

OF. 332/07-SEC.

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2007.

Ilmo. Sr.

DUVANIER PAIVA FERREIRA

Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento
Esplanada dos Ministérios – Ministério do Planejamento
NESTA

Senhor Secretário,

Em reunião realizada no dia 3 de dezembro de 2007, com a representação da FASUBRA Sindical e o Coordenador Geral de Negociação e Relações Sindicais Idel Profeta Ribeiro, foi dado continuidade aos desdobramentos do Termo de Compromisso firmado no final da Greve de 2007, visando o acerto de calendário e metodologia da continuidade da negociação.

Com relação à proposta apresentada pelo Coordenador, temos a considerar:

01. Concordamos com a proposta de prazo para o desenvolvimento dos trabalhos, iniciando em 18 de janeiro e finalizando em março de 2008, acerca dos itens constantes no Termo de Compromisso:

- Racionalização
- Alteração no Anexo IV

02. Com relação à representação da FASUBRA e do Governo, nesta Mesa, temos a sugerir:

- 02 do MP
- 02 do MEC
- 05 da FASUBRA

Tal sugestão deve-se ao fato da complexidade dos temas que serão debatidos.

03. Funcionamento da Mesa

- Sugerimos que a reunião seja durante todo o dia, sendo que o período matutino deve ficar reservado para o Tema Racionalização, e o vespertino para o tema Alteração do Anexo IV e outros temas que forem pautados pela Mesa.

04. Com relação à Cláusula IV do referido Termo de Compromisso que versa sobre os trabalhos desenvolvidos no ano de 2006, pelo GT/Benefícios o qual indica diversas alternativas no tocante a: Auxílio Transporte, Auxílio Creche, Parcelamento de Férias e Auxílio

- Alimentação ficou acertado que entraríamos em contato com o Dr. Sérgio Antonio Martins Carneiro, para debater acerca da questão.

05. Com relação ao Instrumento Legal que dará concretude ao Termo de Compromisso com referência à: Nova Tabela, novo prazo de adesão a Carreira e Não absorção do VBC.

- Conforme informação repassada pelo Coordenador Idel Profeta, no início de 2008 será construído os Instrumentos Legais, visando o encaminhamento dos itens firmados no Termo de Compromisso.

06. Antecipação dos efeitos financeiros do Termo de compromisso para o mês de março de 2008.

07. Com relação às datas para realização das reuniões no mês de janeiro

- Temos completo acordo com o dia 18, mas solicitamos uma mudança na data sugerida do dia 31 de janeiro, considerando que a mesma encontra-se próxima do carnaval, elemento dificultador. Sugerimos que esta última data seja antecipada do dia 31 para o dia 28 de janeiro.

08. Oficina com a SRH/MP, com Coordenadores de Administração e Finanças da FASUBRA e Coordenadores de Administração e Finanças das entidades de base filiadas.

- Sugerimos a data para a realização desta Oficina o dia 17 de janeiro de 2008.

09. Extensão dos 28,86%

- A FASUBRA pautou na reunião, reivindicação de estudos por parte do MP, no sentido de extensão dos 28,86% para aqueles trabalhadores que não ingressaram na Justiça, nem com ação judicial.
- Foi solicitada a formalização do pleito, o que ora fazemos, esperando uma manifestação de Vossa Senhoria, na próxima reunião, já agendada para o dia 18 de janeiro.

Finalmente, afirmamos a disposição da FASUBRA na continuidade de nossas negociações, em um ambiente normal, sem o tensionamento da Greve que, como Vossa Senhoria disse nas negociações anteriores, "a qualidade do processo negocial é maior fora do ambiente de Greve". Esperamos construir durante estes 03 meses, acordos que possam demonstrar a capacidade de negociação, que deverá contar com o comprometimento, tanto por parte da Bancada de Governo quanto da Sindical.

Na oportunidade, registramos nossos votos de um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

**LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA
FREIRE**

Coordenação Geral

MARIA DA GRAÇA FERRO

Plantão da DN

**PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS
DE MOURA**

Plantão da DN

ESTEVÃO FERNANDES

Plantão da DN

OF. CIRC.010/07-SEC.

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2007.

Encaminhado aos Parlamentares que contribuíram na intermediação entre os Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação, em relação ao processo de negociação com o governo, durante a greve de 2007

Senhora Parlamentar,

A FASUBRA Sindical, ao cumprimentar Vossa Excelência registra o reconhecimento do seu apoio na luta dos trabalhadores (as) Técnico-Administrativos (as) das Instituições Federais de Ensino (IFEs), desenvolvida no transcorrer do ano de 2007, que ora se finda.

Sabemos que muito ainda temos que lutar, para garantir o cumprimento do Termo de Compromisso firmado com o Governo (em anexo) e avançar nas negociações que

possibilitem melhoria nas condições de trabalho nas IFES, bem como a instalação do debate acerca das Diretrizes de Plano de Carreira, articulada ao debate necessário de modelo e concepção de Estado e papel dos trabalhadores (as) do Serviço Público.

O ano de 2008 se aproxima com muitos desafios, que extrapolam as nossas questões corporativas, o que demanda para a FASUBRA a continuidade de sua atuação na luta mais geral, pela ratificação da Convenção 151 da OIT; Institucionalização da Negociação Coletiva; contra a criação da Fundação Estatal de Direito Privado, dentre outros temas, que possuem uma relação intrínseca com a superação do paradigma instalado em nosso país, que possuem como centro uma visão reducionista do Estado.

Estamos nesta luta!! Cientes do compromisso de Vossa Excelência com a continuidade das mudanças em nosso país, contamos com o seu apoio.

Na oportunidade, desejamos-lhes, bem como à equipe, um Feliz Natal e um Ano Novo de realizações.

LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA
Coordenação Geral

II CONGRESSO BRASILEIRO DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E DE ENSINO

Pela FASUBRA: Paulo Henrique e Janine.

A FASUBRA Sindical participou do II Congresso Brasileiro de Hospitais Universitários e de Ensino, realizado nos dias 10,11 e 12 de dezembro em São Paulo, de Mesa-Redonda que teve como temário "*A Governabilidade do HE e os Modelos de Gestão*". Também tiveram assento à Mesa, além de Paulo Henrique, pela FASUBRA, Valéria Salgado, do Ministério do Planejamento, e Amâncio Paulino de Carvalho, do HUCFF/UFRJ. Na oportunidade, a FASUBRA reafirmou sua posição contrária ao projeto de Fundação Estatal de Direito Privado encaminhado pelo Governo ao Congresso Nacional como alternativa à crise vivenciada pelos HUE's.

Registramos ainda o empenho da categoria nesta jornada em defesa dos Hospitais e os debates feitos junto aos Conselhos Municipais de Saúde, Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas que nos levaram a receber o apoio da sociedade e, como fruto deste trabalho, obtivemos manifestado pelo Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Assistência Social e pelos delegados da 13ª Conferência Nacional de Saúde o posicionamento contrário à proposta de Fundação Estatal de Direito Privado colocada pelo governo.

Ao longo do debate, externamos mais uma vez que a crise, hoje vivenciada pelos hospitais, não se resume tão somente a uma questão gerencial, vítima de uma política de desmonte dos serviços públicos numa combinação da não reposição de vagas e processo acelerado de terceirização precarizando mão-de-obra, mas, principalmente, à falta de financiamento condizente com a demanda atendida naquelas unidades. Na visão apresentada pela FASUBRA, não se pode ignorar o papel fundamental dos HUE's na sustentação do SUS e, ainda, como espaço de formação de profissionais da saúde além das pesquisas ali realizadas e que os HUE's se constituem em espaço privilegiado para o exercício do Ensino, da Pesquisa, da Extensão, necessários ao cumprimento do papel das universidades frente às demandas da sociedade além da Assistência na área da saúde numa parceria com o SUS.

Diante deste quadro, reafirmamos nossa posição de que é imperioso repensar os HUE's, porém numa ótica diferente da proposição do governo, que leva à desvinculação destas unidades com as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, definidas pela Instituição. Neste sentido, passamos a expor para debate público nossas proposições de financiamento sob a responsabilidade dos Ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia e da Saúde, sobre a modificação na gestão destas unidades constituindo conselhos democráticos com controle social, de melhoria nas condições de trabalho e reposição dos quadros via concurso público e contratação pelo RJU. Anunciamos, por fim, a disposição que a FASUBRA sempre teve de debater este tema e a finalização de nosso projeto de HUE's para as próximas semanas.

Na sequência, Valeria fez a exposição do projeto do governo, explicitando que se trata de definição primeiramente das áreas em que poderão ser criadas as Fundações Estatais de Direito Privado. O planejamento continuou insistindo ser esta uma alternativa para a gestão pública, dando ênfase à nova modalidade de contratação de servidores, ou seja, pela CLT. A exposição manteve-se na linha, já há muito divulgada pelo Ministério, e mesmo frente às manifestações da sociedade organizada não sofreu qualquer alteração. Ao contrário, Valeria informou sobre os diálogos junto ao judiciário que, segundo ela, já admite ter, na esfera pública, dois regimes de trabalho (RJU e CLT). Isto contradiz a manifestação do STF quanto ao ordenamento da Constituição que determinou a existência de um único regime nas relações de trabalho entre o Estado e seus servidores.

A exposição, na sequência, feita pelo Professor Amâncio, trouxe algumas reflexões sobre alternativas intermediárias entre nossa proposição e a do governo. Ressaltou a necessidade de alteração do atual modelo de gestão, dado que este atual modelo está esgotado. Fez referência à necessidade do debate e que segundo ele o espaço está aberto posto que o projeto se encontra no Congresso Nacional e que é lá que se deve atuar. Falou, ainda, do trabalho realizado pela comissão interministerial e dos problemas detectados com relação à gestão, dentre eles a não reposição dos quadros de pessoal, tecendo crítica à redução de jornada de trabalho. Outro elemento apresentado em sua exposição se refere às estatísticas de produtividade e aos conceitos de gerenciamento pertinentes à gestão privada. Quanto ao regime de trabalho, destacou os obstáculos a um novo modelo de gestão, proporcionados pelo RJU, dando evidência à estabilidade do servidor e contrapôs, afirmando que experiências em outros hospitais mostram que, mesmo sendo regido pela CLT, o grau de rotatividade é mínimo não ultrapassando os 7%.

Ao final, mostrou-se interessado nas proposições apresentadas pela FASUBRA, manifestando publicamente seu interesse em debater nosso projeto de Hospital Universitário.

Ao retomarmos as considerações finais, fizemos contraponto aos argumentos de que o RJU seria um obstáculo e de que houve democracia neste processo, pois o fato de estar no congresso permite tão somente formular adendos ao projeto do governo, mantendo a posição do mesmo de criação das Fundações e, tanto se sustenta tal afirmação, que tivemos o lançamento do PAC da Saúde, quando o Ministro Temporão, desconsiderando a vontade do Conselho Nacional de Saúde e da 13ª Conferência, manteve a proposta de criação da Fundação Estatal de Direito Privado.

Assim, cabe-nos a tarefa de agilizar, como já aprovado na Direção Nacional, a conclusão de nosso projeto de HU e aprofundar o debate junto à sociedade organizada.

FASUBRA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE NEGOCIAÇÃO COLETIVA - 11/12/07

Avança consenso sobre a necessidade da Negociação Coletiva no serviço Público

Tema: *Debate sobre o Projeto de Lei nº 4.497/2001 e apensados que "dispõe sobre os termos e limites do exercício do direito de greve pelos Servidores Públicos".*

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados realizou nesta terça-feira (11/12) uma audiência pública para debater o substitutivo ao PL 4.497/01. O Substitutivo apresentado pelo deputado Nelson Marquezelli, presidente da CTASP e relator do PL 4.497/01, estabelece os termos e limites para o exercício do direito de greve pelos servidores públicos.

Os representantes do governo federal, Raimundo Furtado Kappel e Duvanier Paiva Ferreira, reafirmaram o compromisso com "a democratização nas relações de trabalho dentro do serviço público" e informaram aos presentes do avanço produzido no Grupo de Trabalho formado por representantes de entidades sindicais e a CUT para reger a negociação coletiva no serviço público. Leila de Souza de Oliveira, coordenadora Geral da Fasubra Sindical, afirmou que a cultura nas greves realizadas no serviço público é a "da auto-regulamentação com responsabilidade".

Absolutamente todos os representantes das entidades sindicais presentes manifestaram-se por compreender que o estabelecimento da negociação coletiva no serviço público precede a discussão sobre a regulamentação do direito de greve destes trabalhadores. Na oportunidade a representante da Confetam-CUT lembrou que já tramita na Câmara dos Deputados o PL 6141/02, formulado por sindicalistas filiados à Internacional do Serviço Público – ISP, e que "oferece uma estrutura para a negociação coletiva no setor público".

O representante da CUT, Carlos Henrique de Oliveira, lembrou que, historicamente, a greve só foi colocada em lei para impedir o seu exercício: "foi assim no Código Penal de 1.890, que classificava a greve como delito, ou na constituição de 1937 que considerava a greve um recurso anti-social, ou, ainda, durante a Ditadura Militar, quando valia a Lei anti-greve". Esta lembrança foi para concluir que a tradição jurídica brasileira é autoritária e que o rigor da lei não impediu a realização de greves. Portanto, "a saída não é limitar o exercício do direito, mas garantir um processo negocial dentro do serviço público".

De acordo com o deputado Tarcisio Zimmermann, PT-RS, não se trata de entendimento individual, mas do fato do Supremo Tribunal Federal já ter regulamentado a greve.

Presente ao debate, o deputado Vicentinho, PT-SP, disse que "o caminho para não se ter greve no serviço público é a institucionalização da negociação". O autor da proposta de audiência pública com o movimento sindical, deputado Nelson Pellegerino, PT-BA, considerou o debate bastante proveitoso e insistiu na necessidade da fixação de uma "data-base" para o serviço público, propondo que, na retomada dos trabalhos parlamentares em 2.008, seja debatido a negociação coletiva no serviço público. Ao final, o deputado Nelson Marquezelli, PTB-SP, afirmou que vai jogar limpo: "Vou dificultar a greve, mas vou facilitar ao máximo a negociação".

Congresso elege primeira diretoria da CTB

Um congresso lotado elegeu na manhã desta sexta-feira, 14, a primeira diretoria da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), formada por 71 membros, para um mandato de dois anos. Após a definição do plano de lutas, foi apresentada a proposta de composição da diretoria – aprovada por unanimidade pelos 1300 delegados.

O grande número de secretarias e diretorias específicas, compostas dirigentes sindicais de entidades representativas de diversos estados do país, prova a amplitude de atuação da central sindical.

Destaque para as secretarias de Política Agrícola e Agrária, de Mulheres, de Jovens, de Defesa do Meio Ambiente, e para as diretorias de Transporte, Energia, Comerciais, Servidores Públicos, Construção Civil, Indústria, Campo e Pesca, entre outras.

CARGO	NOME	ENTIDADE	UF
PRESIDÊNCIA	WAGNER GOMES	SINDICATO DOS METROVIÁRIOS DE SP	SP
DIREÇÃO EXECUTIVA (SERVIDORES PÚBLICOS)	FÁTIMA DOS REIS	SINTUFG	GO
DIREÇÃO EXECUTIVA	CLÁUDIO BEZERRA	SINDICATO TRAB. UNIVERSIDADE FED./MA	MA
DIREÇÃO PLENA (COORDENADOR)	MÁRCIA ALENCAR	SINPRO/GO	GO
DIREÇÃO PLENA (COORDENADOR)	EDVAL GÓES	SINTUFS	